

# Alto Uruguai: migração forçada e reatualização da identidade camponesa

Ilse Scherer-Warren\*  
Maria José Reis\*  
Neusa Maria Bloemer\*

Arquivo CRAB



**A** partir da década de 50 instala-se, no Brasil, uma política de produção de energia, com vistas à independência do país neste setor. Este sonho é alimentado, de modo especial desde a década de 70, através da elaboração e execução de projetos de construção de hidrelétricas de grande porte. Sonhou-se, na verdade, que a energia hidrelétrica era "barata", "limpa" e "renovável"<sup>1</sup>.

Exemplos brasileiros provenientes de projetos desta natureza, já executados ou em execução, permitem questionar um à um estes pressupostos<sup>2</sup>. Somam-se a estes questionamentos as consequências sociais perversas decorrentes da implantação destas obras. Sua instalação, e a conseqüente formação de lagos artificiais, exige um redimensionamento territorial, envolvendo populações humanas, em geral camponesas e indígenas, ocupantes do espaço a ser reordenado. São justamente estas populações, que mantêm vínculos mais estreitos e orgânicos com a terra, que serão deslocadas compulsoriamente.

Os números recentes de migrantes camponeses, em decorrência da construção de hidrelétricas no Brasil, não são nada desprezíveis. Foram 40 mil deslocados em Itaipu, 30 mil em Itaipuca e Tucuruí, 70 mil em Sobradinho, dentre apenas algumas destas obras.

Todavia, a despeito dos transtornos sociais que estas barragens provocam, a política de produção de energia no Brasil é, no dizer de Bôa Nova<sup>3</sup>, ainda convencional, privilegiando-se aspectos econômico-financeiros e técnicos, ignorando-se as interfaces entre energia e sociedade.

É contra o descaso e inoperância governamentais que as populações a serem removidas têm reagido, criando situações de pressão, no sentido de que sejam revertidas as decisões tomadas pelo setor energético a respeito de seu futuro.

No caso específico do Projeto Uruguai<sup>4</sup>, que prevê a construção de 25 hidrelétricas na bacia hidrográfica do mesmo nome, estima-se em 40 mil o total da população a ser removida<sup>5</sup>, em grande maioria constituída de camponeses.

Tão logo lideranças regionais tomaram conhecimento deste Projeto, a partir de sua publicação no final da década de 70, iniciou-se uma mobilização da população camponesa, constituindo-se

Arquivo 218



o "Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Uruguai". Apesar da retórica do Movimento, encampar críticas, extremamente abrangentes, do ponto de vista econômico e político o aspecto central da reação à construção destas obras é a ameaça que significam à manutenção de seu modo de vida, frente a contingência de migrar.

### A PERCEÇÃO DO IMPACTO FRENTE A AMEAÇA DE MIGRAR

A ameaça de migração forçada e para local indefinido que as barragens representam para os camponeses do Alto Uruguai, produziu, por um lado, um sentimento generalizado de insegurança e incerteza quanto a seu futuro.

Por outro lado, produziu uma consciência crescente quanto aos possíveis impactos que obras desta natureza poderão causar, traduzida num discurso sobre as prováveis "perdas", relativas às suas condições atuais de vida.

Grande parte da população a ser removida por estas barragens é constituída de antigos colonizadores, oriundos das antigas colônias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ou de seus descendentes, que através do processo de expansão da fronteira agrícola tornaram-se os pioneiros e desbravadores desta região. Poderia se supor que, por esta razão, estes camponeses tivessem uma maior predisposição para a migração. Isto, porém, não se verifica, por vários motivos.

Em primeiro lugar há uma memória

social sobre o trabalho pioneiro de colonização realizado por estas famílias camponesas, ou por seus antecedentes nas áreas a serem atingidas pelas Barragens. Além das agruras deste investimento do ponto de vista do desgaste físico, compõe esta memória a percepção de que, ao longo de sua história, o espaço foi mapeado através de múltiplos significados, para além, inclusive, dos limites de cada propriedade individual. Neste sentido é que migrar não significa apenas mudar de um espaço físico para outro, mas significa a troca de um espaço com sentidos múltiplos: um sentido mais objetivo que permite uma valorização e uma quantificação monetárias em relação à terra e suas benfeitorias e, uma valorização baseada em representações simbólicas que atribuem um valor estimativo a um espaço que foi, também, apropriado e construído socialmente.

Em segundo lugar, porque por um longo período (desde o início do Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Uruguai, até sua participação na Comissão da Eletrosul em 1987), a população camponesa via-se frente ao que considerava um planejamento governamental inadequado (ou mesmo inexistente) em relação a seu deslocamento. Sua não participação no processo de decisão sobre o seu próprio futuro, também os levava a considerar esta migração como forçada e, portanto, inaceitável.

Dos discursos obtidos, através de entrevistas, em nossa pesquisa com camponeses da área a ser atingida pelas barragens, é possível depreender que a possibilidade da perda da terra é lembrada como o impacto fundamental.

A perda da terra significa a perda de seu principal meio de produção e, portanto, da garantia de sua sobrevivência. O projeto das barragens tem provocado nestes camponeses uma enorme incerteza quanto à possibilidade de obtenção de novas terras, pois são conhecedores da existência de um grande número de sem terras que aguardam assentamento nestes Estados. Além disso não se trata da perda de qualquer terra, mas de terras férteis, ribeirinhas. Cogitam, assim, sobre a possibilidade ou não de se conseguir terras de igual qualidade. Este conjunto de incertezas leva estes camponeses a vislumbrarem no horizonte a ameaça da perda de sua condição de produtores rurais, ou como no dizer de um dos nossos entrevistados: "Eu acho que estou bem colocado, a

terra é boa. Sair é muito difícil".

Deixar aquela terra significa também perder o trabalho nela investido. Um investimento que muitas vezes durou toda uma vida, que traz embutido um projeto de vida realizado ou em realização. São construções (moradias e benfeitorias), são pomares e hortas, são lavouras e campos de pecuárias e assim por diante. São justamente os mais velhos que lamentam mais estas perdas, visualizando a impossibilidade de recomençar a vida em outro local. Neste caso, a memória sobre a participação no processo de colonização atua como um fator a mais na rejeição à migração, como nas palavras de um informante: "Eu não tenho mais ânimo para adquirir outras terras, para enfrentar o que já passei".

Além do valor "real" (quantificável) da terra, acrescenta-se, pois, um valor simbólico (não quantificável) **daquela terra e do espaço socialmente construído naquele território** (a sua comunidade). Haveria, assim, perdas sociais, irrecuperáveis, como dizem os camponeses, "que não há nenhum dinheiro que pague". Neste caso são lembrados também bens culturais, construídos comunitariamente, tais como a Igreja, o clube, a Escola, etc. Aponta-se, ainda,

sobre a possibilidade de desintegração de sua vida comunitária, das relações de vizinhanças, de compadrio e de parentesco. Observa um camponês que "além de perder-se a terra e os benefícios que tem em cima do terreno, vamos perder também a vizinhança. Depois é a mesma coisa que bater num bando de uru...".

Vários depoimentos dos entrevistados salientam uma preocupação e um desejo de manter a comunidade unida, ou como dizem "vizinhando". Vê-se, pois, que os vínculos que os camponeses mantêm com sua terra, sua moradia, estendeu-se para um espaço mais amplo. Espaço este relativo à extensão da rede de relações sociais que compõem sua "comunidade", enfim, seu mundo social.

Nas avaliações sobre o impacto das barragens, esta dimensão simbólica do espaço socialmente construído pela comunidade camponesa nem sempre é bem entendida pela tecno-burocracia urbana, que recomenda a realização de tais projetos em áreas densamente povoadas, enquanto áreas de produtores rurais. A visão tecnocrática avalia a terra e os bens nela existentes em termos meramente econômicos, como se espaço e bens fossem **sempre e de forma justa** passíveis de quantifi-

cações monetárias, o que é discrepante em relação à "visão camponesa". Tem sido a consciência destas diferenças quanto à percepção sobre a sua realidade um elemento importante para o vigor do Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Uruguai.

## OS CAMPONESES E SUA IDENTIDADE

Na verdade a perspectiva da migração forçada, acaba por levar os camponeses da Bacia do Uruguai a repensar seu modo de vida, reatualizando, assim, sua identidade. Ao construírem a imagem de si mesmos, reconhecem, por contraste, diferenças entre seu modo de vida e o modo de vida urbano. Idealizam, embora não sem ambigüidades, seu passado e seu presente, diante da perspectiva de um futuro indesejável.

Neste sentido salientam sobremaneira aspectos positivos de sua identidade, tal como o fato de serem "trabalhadores livres". No seu entender, isto significa "não ter patrão", "ser dono de seu próprio tempo", podendo decidir sobre seu próprio trabalho. A valorização desta **autogestão** é assim expressa por um entrevistado: "... a gente não tem que prestar conta dos traba-

Arquivo CRAB



lhos aos outros; não se tem a preocupação com o tempo. O trabalho pode ser deixado para outro dia e hora no campo, enquanto na cidade tem que ser feito na hora”.

Outro aspecto lembrado é a produção autônoma de sua própria subsistência: “Na cidade se compra tudo, enquanto que aqui se tem tudo; produz o que se precisa, desde um dente de alho até o feijão e o leite”.

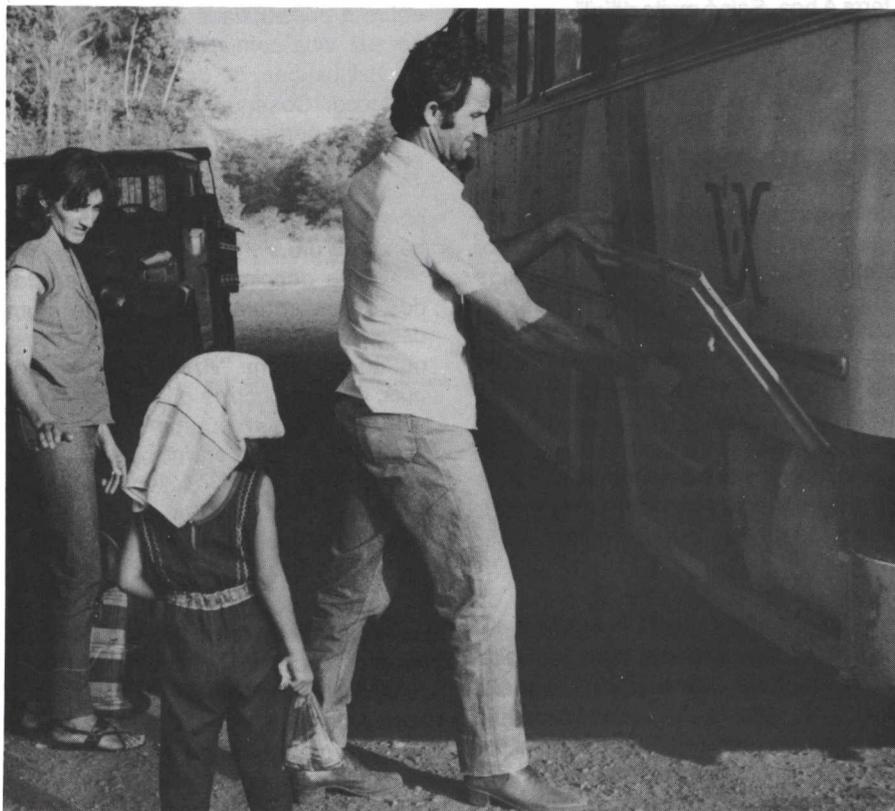
Salientam, ainda, a importância da garantia de um mínimo de bem estar por conta da solidariedade resultante dos fortes laços sociais que os unem, individualmente, à comunidade de que fazem parte.

Possuem, contudo, a consciência de que seu trabalho é árduo e que se desenvolve de “sol a sol”, não sendo reconhecido. Isto se expressa objetivamente, pelos baixos preços de seus produtos e os altos juros bancários cobrados pelos empréstimos que acabam por desestimular o trabalho agrícola. Ressaltar estes aspectos, aparentemente negativos, não significa negar a importância de seu modo de vida, pelo contrário insistentemente valorizado. É neste sentido que os aspectos positivos da vida rural são colocados em oposição aos aspectos negativos da vida urbana: “A gente reclama que é dura a vida no campo, mas ainda assim é melhor que ter que sair, ir para a cidade”. A vida urbana é representada como sendo insegura, com poluição e com alto custo de vida.

Migrar, pois, pode não só significar a perda da terra mas a perda de seu modo de vida e de sua identidade. Migrar para outra terra pode significar a perda da sua história de vida construída naquela terra onde uma árvore, uma simples cerca de arame, uma pastagem, marcam eventos importantes vividos por estes camponeses.

Por um outro lado, ao mesmo tempo que a ameaça de migrar revitalizou a identidade camponesa, foi construída, através do “Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Uruguai” a identidade política de “atingido”. Ser “atingido” não é outra coisa senão aquele que luta para não perder sua condição social de camponês.

\* Professoras do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina.



## NOTAS

1 – Cf. Sevá, O. O Sonho da Energia Elétrica e a sua Ressaca – ou as Dívidas dos Governos e dos Cientistas para com a Sociedade. São Paulo, **Anais do 1º Seminário Nacional de História e Energia**, Vol. 2, 1986.

2 – Questionamentos desta ordem podem ser encontrados, entre outros, em Sevá, idem e Miranda, E.E.; Miranda, J.R. e Santos, P.F. “Efeitos Ecológicos das Barragens do Xingu: Uma Avaliação Preliminar” em Santos, L.A.O. e Andrade, L.M.M. (Org.). **As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas**. São Paulo, Comissão Pró-Índio, 1988.

3 – Bôa Nova, A.C. O Cientista Social no Planejamento Energético de uma Sociedade Democrática. **Ciência e Cultura**, Vol. 39, nº 10, out./1987.

4 – Projeto sob a responsabilidade da ELETROSUL, subsidiária da ELETROBRÁS, em fase de execução, em território limítrofe entre o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Argentina. Este Projeto, em seus aspectos sócio-culturais relativos à população camponesa, tem sido analisado pelas autoras, em pesquisas financiadas pelo CNPq e FINEP, resultando nos seguintes trabalhos:

SCHERER-WARREN, I. e REIS, M.J. As Barragens do Uruguai: dinâmica de um Movimento Social. **Boletim de Ciências Sociais**, Florianópolis, nº 42, abr/mai/jun/1986.

SCHERER-WARREN, I. Projetos de grande escala, a ocupação do espaço e a reação po-

pular. XII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro/SP, out/1988.

SCHERER-WARREN, I. e REIS, M.J. O Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Uruguai: unidade e diversidade. **Cadernos do CEAS**, Salvador, nº 120, mar/abr/1989.

SCHERER-WARREN, I.; REIS, M.J. e BLOEMER, N.M. A ameaça de migrar e a reatualização da identidade camponesa. **PIPSA Regional Sul II**, Florianópolis, mai/1989.

5 – Este dado, elaborado pela Empresa responsável pelas obras, tem sido questionado pelo “Movimento dos Atingidos”, que considera que o número de pessoas foi subestimado pela ELETROSUL.

